

199704
418.85

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SEM PREFERÊNCIA, DA TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A.



Pelo presente instrumento particular:

- (a) na qualidade de emissora das debêntures, **TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Müller 116, 21º, 22º e 39º andares - salas 3901, 3905 e 3906; andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.558.134/00001-58, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada "EMISSORA");
- (b) representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (doravante denominado "AGENTE FIDUCIÁRIO").

vêm na melhor forma de direito celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Sem Preferência, da TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A. (doravante simplesmente denominado "Escritura"), mediante as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é firmada com base nas deliberações tomadas na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária (doravante denominada "AGOE") dos acionistas da EMISSORA, realizada em 30.04.2001.

A AGOE delegou ao Conselho de Administração poderes para, independentemente de convocação e deliberação da AGOE, deliberar sobre as seguintes matérias: (i) época e condições de vencimento, amortização ou resgate das debêntures; (ii) época e condições do pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso, se houver; e (iii) o modo de subscrição ou colocação e o tipo das debêntures.

N e



CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

A emissão das debêntures (doravante denominadas "Debêntures") de que trata a presente Escritura será realizada com a observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM

A presente emissão (doravante denominada "Emissão") será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 07.12.1976, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 (doravante denominada "LSA"), da Lei nº 9.457, de 05.05.1997, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.2. Arquivamento e Publicação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA

A ata da AGOE da EMISSORA que deliberou sobre a presente Emissão foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Gazeta Mercantil - Edição Nacional, no dia 30.05.2001.

2.3. Registro da Escritura

A presente Escritura será registrada no 3º Ofício de Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na qual está localizada a sede da EMISSORA.

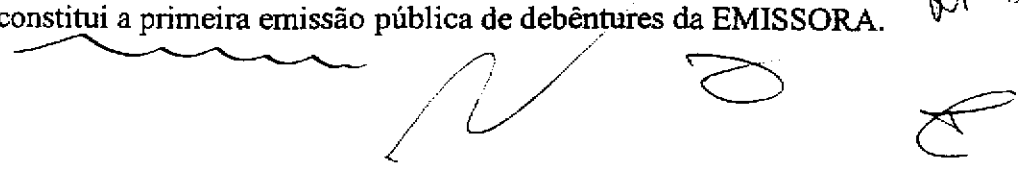
CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da EMISSORA

A EMISSORA tem por objeto social: (i) exercer o controle das sociedades exploradoras de serviços públicos de telefonia fixa na Região 1 a que se refere o Plano Geral de Outorgas aprovado pelo Decreto n.º 2.534, de 02 de abril de 1998; (ii) promover, através de sociedades controladas ou coligadas, a expansão e implantação de serviços de telefonia fixa, em sua respectiva área de concessão; (iii) promover, realizar ou orientar a captação, em fontes internas e externas, de recursos a serem aplicados pela EMISSORA ou pelas suas controladas; (iv) promover e estimular atividades de estudos e pesquisas visando ao desenvolvimento do setor de telefonia fixa; (v) executar, através de sociedades controladas ou coligadas, serviços técnicos especializados afetos à área de telefonia fixa; (vi) promover, estimular e coordenar, através de suas sociedades controladas ou coligadas, a formação e o treinamento do pessoal necessário ao setor de telefonia fixa; (vii) realizar ou promover importações de bens e serviços para ou através de suas sociedades controladas e/ou coligadas; (viii) exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social; e (ix) participar do capital de outras sociedades.

3.2. Número da Emissão

Esta Escritura constitui a primeira emissão pública de debêntures da EMISSORA.





3.3. Montante da Emissão

O montante da presente Emissão é de R\$1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de reais), em série única, na Data da Emissão, conforme abaixo definida.

3.4. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos através da presente Emissão serão empregados na execução do plano de investimentos da EMISSORA para o ano de 2001, conforme demonstrado nas tabelas de usos e fontes a seguir:

Fontes	Valor (R\$)	%
Emissão de Debêntures	1.300.000.000,00	15,5
Empréstimos do BNDES	1.260.000.000,00	15
Financiamento dos Fornecedores	1.680.000.000,00	20
Geração de Caixa	4.160.000.000,00	49,5
Total	8.400.000.000,00	100

Usos	Valor (R\$)	%
Plano de Univesalização de Metas	3.864.000.000,00	46
Serviço Móvel Pessoal - SMP	1.512.000.000,00	18
Transmissão de Dados	1.428.000.000,00	17
Operação e Manutenção dos Sistemas	672.000.000,00	8
Metas de Qualidade	420.000.000,00	5
Sistemas de Comunicação	336.000.000,00	4
Tecnologia da Informação	168.000.000,00	2
Total	8.400.000.000,00	100

3.5. Colocação e Procedimento

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, através do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (doravante denominada "ANDIMA") e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (doravante denominada "CETIP"), utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30.09.1980, atendidos preferencialmente os clientes dos bancos coordenadores desta Emissão que desejarem efetuar investimentos na Emissão, não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos.

3.6. Registro da Negociação

As Debêntures terão registro para negociação junto ao: (i) SND - Sistema Nacional de Debêntures (doravante denominado "SND"), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP; e/ou (ii) Sistema de Negociação BOVESPA FIX, da BOVESPA ("doravante denominado "BOVESPA FIX"), custodiado na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (doravante denominada "CBLC").

CLÁUSULA IV - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES



4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido no item 4.1.5.

4.1.2. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$100.000,00 (cem mil reais), na Data da Emissão, conforme abaixo definida.

4.1.3. Número de Séries

A Emissão será em série única.

4.1.4. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 13.000 (treze mil) Debêntures.

4.1.5. Data da Emissão

Para todos os efeitos legais, a Data da Emissão das Debêntures será o dia 01 de junho de 2001.

4.1.6. Prazo e Data de Vencimento

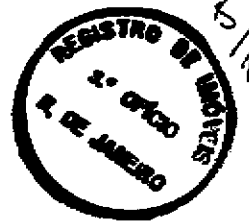
O prazo das Debêntures será de 60 (~~sessenta~~) meses, vencendo-se, portanto, em 01 de junho de 2006 (doravante denominada "Data de Vencimento"), data em que a EMISSORA obrigase a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda se encontrem em circulação, pelo valor nominal, acrescido da Remuneração, conforme definida no item 4.2. abaixo.

4.1.7. Forma e Tipo

As Debêntures serão da forma nominativa e do tipo escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Bradesco S.A., instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures e pela prestação dos serviços de banco mandatário desta Emissão (doravante denominada "Banco Mandatário"). Adicionalmente, será expedido pelo SND o Relatório de Posição de Ativos da CETIP acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na CBLC será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do debenturista.

4.1.8. Classe (Conversibilidade)

As Debêntures serão da classe simples, não conversíveis em ações da EMISSORA.



4.1.9. Espécie

As Debêntures serão da espécie sem preferência nem garantias.

4.2. Remuneração

Observado o item 4.2.2 abaixo, as Debêntures farão jus a uma remuneração (doravante denominada "Remuneração") equivalente a 100% (cem por cento) da taxa média diária de juros dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP – Central de Custódia e de Liquidação de Títulos, doravante denominados "Taxa DI", acrescida de um *spread* máximo de 0,70% (setenta centésimos de por cento) ao ano, base 252 dias.

A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures, desde a Data de Emissão, ou da data do vencimento de juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento. A Remuneração das Debêntures será definida em processo de *book building*, ficando o *spread*, porém, sempre limitado ao máximo de 0,70% (setenta centésimos de por cento) ao ano, base 252 dias.

4.2.1. Os juros serão pagos semestralmente a contar da Data de Emissão, vencendo-se nos dias 01 de dezembro e 01 de junho de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento, em bases *pro rata temporis*, em 01 de dezembro de 2001 e o último na Data de Vencimento.

4.2.2. Período de Vigência da Remuneração: As condições de Remuneração definidas acima terão período de vigência da Data de Emissão até a Data de Vencimento, intervalo de tempo durante o qual permanecerão inalteradas as condições de remuneração definidas nesta Escritura de Emissão.

4.2.3. Fórmula de Cálculo de Remuneração:

$$J = VNe \times \left\{ \text{Fator DI} \times \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right] - 1 \right\}$$

onde:

- J = valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo);
 VNe = valor nominal da Debênture no início do Período de Capitalização;
 Fator DI = produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive;

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} (1 + TDI_k)$$

onde:

- n_{DI} = número total de taxas DI entre a data de início do período de Capitalização (inclusive) e a data de cálculo exclusive;



TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP;

spread = definido em processo de *bookbuilding*, expresso na forma percentual ao ano, limitado ao máximo de 0,70% (setenta centésimos de por cento) ao ano, base 252 dias;

N = 252 dias;

n = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior;

4.2.4. Período de Capitalização: Intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do pagamento da Remuneração prevista no item 4.2.1 anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.2.5. Sub-período de Capitalização: o primeiro Subperíodo de Capitalização inicia-se na Data de Emissão e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data. Os Subperíodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do subperíodo anterior, entendendo-se como o novo subperíodo em vigor o prazo desta taxa, sendo que o último Subperíodo de Capitalização terá seu vencimento na mesma data de vencimento do Período de Capitalização.

4.2.5.1. As taxas dos Sub-períodos de Capitalização são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis* por dias úteis para a Taxa DI e para o spread, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

4.2.6 Apuração da Taxa DI: Se na data de apuração do valor de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não se conheça a Taxa DI aplicável à determinação da Remuneração em um determinado Sub-período de Capitalização por não ter sido divulgada, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida acrescida do spread, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da EMISSORA quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Subperíodo de Capitalização.

4.2.6.1. Persistindo a ausência de divulgação da Taxa DI, por um período superior a 05 (cinco) dias, ou caso a Taxa DI não possa mais ser utilizada para referenciar a remuneração das debêntures, quer por superveniência de norma legal ou regulamentar, quer por não mais ser considerada "Representativa", conforme abaixo definida, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a EMISSORA, a respeito do novo critério de remuneração a ser utilizado como "Taxa Substituta da Taxa DI", observada a regulamentação aplicável. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na

presente Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último sub-período de capitalização, acrescida do *spread*, se houver, até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas. X M.

4.2.6.2. Para efeitos do item 4.2.6.1 acima, a Taxa DI não será considerada como "Representativa" na hipótese do volume médio diário em reais da Taxa DI, durante um período de 30 (trinta) dias, conforme apurado e divulgado pela CETIP no Informativo Diário, disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", Edição Nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação, ser inferior a R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), atualizado pelo Índice Geral de Preços para o Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (doravante denominado "IGP-M"), a partir da Data de Emissão.

4.2.7. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.3. Amortização programada do principal.

Não haverá amortização programada do principal.

4.4. Repactuação

As Debêntures não serão objeto de repactuação.

4.5. Limites da Emissão

A presente Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da LSA.

4.6. Subscrição

4.6.1. Prazo para Subscrição

As Debêntures serão subscritas na data da segunda publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures ("Data de Subscrição") e dentro do prazo de distribuição pública autorizado pela CVM. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos - SDT, disponibilizado pelo CETIP.

4.6.2. Preço de Subscrição

As Debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, apurada desde a Data da Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

4.6.3. Integralização

A integralização será feita à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional. As Debêntures somente poderão ser negociadas no mercado secundário após totalmente integralizadas.



4.7. Condições de Pagamento

4.7.1. Forma de Pagamento

Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (a) utilizando-se os procedimentos adotados pelo SND, operacionalizado pela CETIP, para as Debêntures registradas para negociação junto ao SND; ou (b) utilizando-se os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX; ou (c) por intermédio do Banco Mandatário.

4.7.2. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados quaisquer prazos referentes à pagamentos ou eventos citados nesta Escritura, inclusive pelos debenturistas no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, caso o prazo para o cumprimento da obrigação ou evento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, não havendo qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CLBC ou CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional.

4.7.3. Encargos Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos vencidos e não pagos pela EMISSORA ficarão sujeitos à multa não compensatória de 10% (dez por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sendo ambos computados sobre os valores em atraso, e acrescidos da Remuneração devida nos termos desta Escritura, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.7.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item anterior, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações da EMISSORA, nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela EMISSORA, não lhe dará o direito ao recebimento de quaisquer remunerações e/ou encargos moratórios relativos ao período em atraso, sendo-lhe, todavia, assegurado os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

CLÁUSULA V - DA COMPRA OU RESGATE DOS TÍTULOS PELA EMISSORA

5.1. Aquisição Facultativa

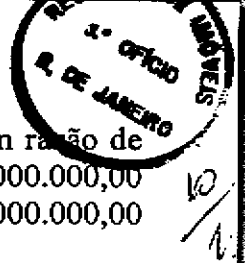
A EMISSORA poderá, a qualquer momento, adquirir Debêntures desta Emissão em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal, acrescido da remuneração, observado o disposto no § 2º do artigo 55 da LSA. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA ou ser colocadas novamente no mercado.

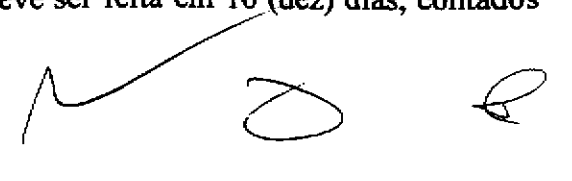


CLÁUSULA VI - DO VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Observado o disposto na Cláusula 6.2. abaixo, o AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações referentes às Debêntures e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do valor nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração e, se for o caso, dos juros de mora e da multa moratória, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da data do último pagamento da Remuneração, prevalecendo a que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, sendo essa declaração de vencimento antecipado efetivada por notificação à EMISSORA na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) decretação de falência da EMISSORA ou de suas controladas relevantes concessionárias de serviços de telecomunicações, *i.e.* Telecomunicações do Rio de Janeiro S/A - TELERJ; Telecomunicações da Bahia S/A - TELEBAHIA; Telecomunicações de Minas Gerais S/A - TELEMIG; Telecomunicações do Ceará S/A - TELECEARÁ; e Telecomunicações de Pernambuco S/A - TELPE (em conjunto doravante denominadas Controladas Relevantes); ou em caso de dissolução e/ou liquidação da Companhia ou de suas Controladas Relevantes, estas últimas salvo em casos de reorganização societária; ou, ainda, no caso de pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA ou pelas suas Controladas Relevantes;
- b) admissão, por escrito, pela EMISSORA de sua incapacidade de pagar suas dívidas quando vencidas ou suspender pagamentos;
- c) observado o disposto na alínea "(e)" abaixo, requerimento, solicitação, aquiescência ou concordância com a nomeação de interventor, síndico, custodiante, liquidante, para a EMISSORA ou para parcela que represente 10% (dez por cento) ou mais de seus ativos;
- d) observado o disposto na alínea "(e)" abaixo, propositura de quaisquer ações judiciais ou instauração de procedimentos administrativos previstos na legislação falimentar com vistas a EMISSORA ser considerada insolvente ou que tenha por objeto a dissolução, liquidação, extinção, reorganização, combinação, ajustes ou composição dos débitos da EMISSORA;
- e) não contestação pela EMISSORA da nomeação, ação judicial ou procedimento administrativo descritos nas alíneas "(c)" e "(d)" acima, não sendo referida nomeação, propositura de ação judicial ou instauração de inquérito administrativo cancelados ou arquivados em até 60 (sessenta) dias;
- f) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA e que não sejam sanados no prazo de 15 (quinze) dias contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, cujos valores individuais sejam superiores a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou cujos valores, no agregado, excedam a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);
- g) inobservância de quaisquer declarações ou garantias da EMISSORA ou falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do aviso escrito que lhe for enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, com exceção do disposto no item (i) abaixo, cujo prazo é de 3 (três) dias úteis;



- h) vencimento antecipado de qualquer contrato ou dívida da EMISSORA em razão de inadimplência contratual cujos valores individuais sejam superiores a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou cujos valores, no agregado, excedam a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);
- i) não pagamento do principal ou juros das Debêntures, devidos nas respectivas datas de vencimento e que não seja remediado em 3 (três) dias úteis;
- j) ocorrência de qualquer sentença transitada em julgado, laudo arbitral, mandados de penhora ou processos semelhantes que versem sobre o pagamento em dinheiro em valor equivalente ou superior a R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) contra a EMISSORA ou qualquer de seus bens, sem que haja liberação ou sustação com oferecimento de garantia ou caução em até 30 (trinta) dias contados do respectivo recebimento;
- k) cancelamento, revogação ou rescisão de quaisquer documentos referentes à presente Emissão, sem a observância de seus termos;
- l) sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexecutibilidade de qualquer documento referente à presente Emissão;
- m) penhora ou seqüestro de 10% (dez por cento) ou mais dos ativos da EMISSORA, em procedimento pré-executório ou executório, que não seja arquivado ou cancelado em até 60 (sessenta) dias após a realização desta penhora ou seqüestro;
- n) (i) revogação, término, apropriação, suspensão, modificação adversa, cancelamento ou a não renovação das concessões detidas pelas controladas concessionárias de serviços públicos de telecomunicação (doravante denominadas "Controladas") da EMISSORA que representem, no conjunto, 20% (vinte por cento) ou mais do seu *EBITDA*, conforme definido na alínea "(h)" da Cláusula VIII abaixo, pelo Governo do Brasil, Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, Ministério das Comunicações ou qualquer outra autoridade competente; (ii) promulgação de qualquer lei, decreto, ato normativo, portaria ou resolução que resulte na revogação, término, apropriação, suspensão, modificação adversa ou cancelamento das concessões detidas pelas Controladas que representem, no conjunto, 20% (vinte por cento) ou mais do seu *EBITDA*; (iii) início de qualquer procedimento administrativo ou judicial com o objetivo de revogar, terminar, apropriar, suspender, modificar adversamente ou cancelar as concessões detidas pelas Controladas que representem, no conjunto, 20% (vinte por cento) ou mais do seu *EBITDA*, bem como o início de qualquer das hipótese previstas nos itens (i), (ii) ou (iii) desta alínea "(n)", intentadas pelo Governo do Brasil, ANATEL, Ministério das Comunicações ou qualquer outra autoridade governamental competente que possa afetar adversamente o cumprimento das obrigações da EMISSORA previstas na presente Escritura de Emissão e que não sejam sanadas em um prazo de até 30 (trinta) dias.
- o) mudança, direta ou indireta, de controle acionário da EMISSORA, tal como definido no art. 116 da LSA, que resulte na redução do *rating* da Emissão, atribuído inicialmente por uma das duas agências de *rating*, contratadas para analisar a presente Emissão, em nível inferior ao definido como nível de investimento local, ou seja, abaixo da classificação BBB-. Para os fins do disposto na presente alínea, a convocação das agências de *rating*, para que seja realizada a atualização do *rating* da Emissão, deve ser feita em 10 (dez) dias, contados
- 

da data que seja publicado o fato relevante sobre a alteração do controle em questão, sob pena de, em não sendo feita a referida convocação, o AGENTE FIDUCIÁRIO poder declarar o vencimento antecipado das Debêntures. Na hipótese das referidas agências de *rating*, por qualquer motivo, não atualizarem o *rating* da Emissão, a EMISSORA, de comum acordo com o AGENTE FIDUCIÁRIO, deverá providenciar a substituição das mesmas por outras agências, com iguais qualidades e níveis de excelência, sob pena de o AGENTE FIDUCIÁRIO poder declarar o vencimento antecipado das Debêntures se a responsabilidade pela não substituição for atribuída, de qualquer forma, à EMISSORA; e

p) não cumprimento, pela EMISSORA, de qualquer das obrigações adicionais previstas nas alíneas "(h)", "(i)" e "(j)" da Cláusula VIII da presente Escritura.

6.1.1. Os valores mencionados nesta Cláusula serão atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, de acordo com a variação do IGP-M ou qualquer índice que oficialmente o substitua.



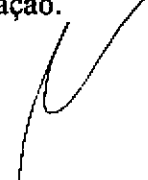
6.2. Ocorrendo qualquer dos eventos previstos nas alíneas (a), (g) e (i) da Cláusula 6.1. acima, os quais deverão ser informados pela EMISSORA ao AGENTE FIDUCIÁRIO, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso, notificação, judicial ou extrajudicial. Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nas demais alíneas da Cláusula 6.1. acima, os quais deverão ser informados pela EMISSORA ao AGENTE FIDUCIÁRIO, este deverá convocar, no prazo máximo de 3 (três) dias contados da ciência de sua ocorrência, assembléia de debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei, para declarar o vencimento antecipado das Debêntures, salvo se debenturistas que representem 2/3 (dois terços), no mínimo, de todas as Debêntures em circulação, com exceção das Debêntures mantidas em tesouraria ou das de titularidade de empresas do grupo societário da EMISSORA (conforme definido no item abaixo, doravante denominado "Grupo Societário"), deliberarem pela não declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

6.2.1. Para os fins do disposto na presente Escritura, o termo Grupo Societário engloba a EMISSORA e quaisquer de suas sociedades controladas.

CLÁUSULA VII - DAS COMUNICAÇÕES

7.1. Publicidade

Com exceção dos "Anúncios de Início e de Encerramento de Distribuição" das Debêntures da presente emissão, que serão publicados somente na edição nacional do jornal "Gazeta Mercantil", todos os demais atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, serão publicados nos jornais de publicação legal da emissora, quais sejam o "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e o jornal "Gazeta Mercantil" – edição nacional, conforme estabelecido no artigo 289 da LSA, observado os prazos legais, devendo a EMISSORA avisar tempestivamente o AGENTE FIDUCIÁRIO da realização de qualquer publicação.





7.2. Notificações

As notificações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos da presente Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a EMISSORA:

TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A.
Rua Lauro Müller 116, 22º andar
CEP 22299-900 - Rio de Janeiro - RJ
At. Sr Roberto Terziani
Telefone: (21) 3131-1110
Fac-símile: (21) 3131-1155

Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.,
Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, grupo 205
CEP:22640-100, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Juarez Dias Costa
Telefone: (21) 2493-7003
Fax-símile: (21) 2493-4746
E-mail: agente@oliveiratrust.com.br

Para o CETIP:

CETIP - CENTRAL DE CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO
FINANCEIRA DE TÍTULOS
Rua Libero Badaró, nº 425, 24º andar
CEP 01009-000 - São Paulo - SP
At. Sr. Fábio Benites
Telefone: (11) 3111-1506
Fax-símile: (11) 3115-2553
E-mail: fbenites@cetip.com.br

7.2.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou aviso de recebimento expedido pelo correio sob protocolo ou telegrama nos endereços acima. As comunicações realizadas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através do recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

7.2.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada ao AGENTE FIDUCIÁRIO pela EMISSORA.

CLÁUSULA VIII - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. A EMISSORA obriga-se a:

a) Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

a.1) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer

comunicação feita pelos auditores independentes à EMISSORA, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da EMISSORA;

a.2) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6.12.1993, nos prazos ali previstos;

a.3) com antecedência mínima de três dias úteis, notificação da convocação de qualquer Assembléia Geral, e prontamente fornecer cópias autenticadas de todas as atas de todas as Assembléias Gerais, devidamente arquivadas na competente junta comercial, bem como a data e ordem do dia da assembléia a realizar e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;

a.4) na mesma data de suas publicações, os avisos aos debenturistas, fatos relevantes e atas de assembléias que, de alguma forma, envolvam os interesses dos debenturistas;

a.5) imediatamente, qualquer informação disponível, relevante para a presente Emissão de Debêntures, que lhe venha a ser solicitada;

b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;

c) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e fornecer aos seus debenturistas as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da LSA;

d) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

e) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes;

f) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da LSA, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas, referentes às Debêntures, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;

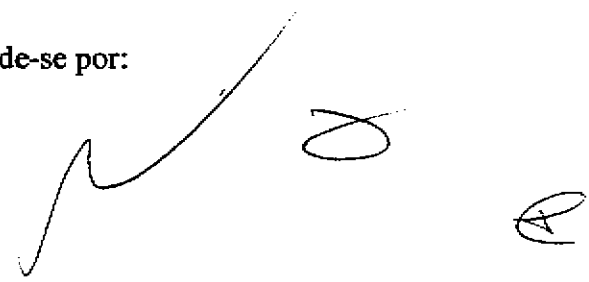
g) efetuar, desde que assim solicitado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos conforme previsto na presente Escritura.

h) durante o prazo da presente Emissão e desde que existam Debêntures em circulação no mercado, manter os seguintes níveis financeiros:

h.1) Coeficiente de Endividamento Total/EBITDA não superior a 4.5:1, para o último Período de Testes, determinado no último dia de cada trimestre fiscal da EMISSORA; e

h.2) Coeficiente de EBITDA/Despesa de Juros não inferior a 1.75:1, para o último Período de Testes, determinado no último dia de cada trimestre fiscal da EMISSORA.

Para os fins do disposto nesta alínea "(h)", entende-se por:





-Período de Testes: os quatro últimos e consecutivos trimestres fiscais da EMISSORA, cada qual "um período contábil";

-Endividamento Total: em qualquer data, significa o somatório do saldo devedor agregado do valor principal de todo o Endividamento da EMISSORA e das suas Controladas consolidadas (determinados de forma consolidada, sem duplicação, de acordo com o Princípios Fundamentais de Contabilidade Brasileiros (doravante denominados "GAAP Brasileiro");

-Endividamento: significa qualquer valor a pagar pela EMISSORA como devedor, mutuário, emissor, garantidor nos termos de um contrato ou instrumento que envolva ou comprove valores tomados emprestados ou o preço de compra diferido de bens e serviços, o adiantamento de créditos, a venda condicional ou a transferência, com direito de regresso ou com obrigação de recompra, ou de acordo com um arrendamento, com praticamente o mesmo efeito econômico de um contrato ou instrumento dessa natureza, atual ou futuro, efetivo ou eventual, direto ou indireto, salvo, em cada caso, o exigível comercial a curto prazo no curso normal dos negócios e pagável de acordo com as praxes habituais. Para a definição de Endividamento, não será considerada qualquer obrigação de qualquer controlada da EMISSORA que não seja, nesta data, uma sociedade controlada que seja operadora de serviços de telefonia fixa (salvo se tal obrigação for garantida pela EMISSORA ou outra empresa controlada pela EMISSORA que seja operadora de serviços de telefonia fixa)..

-Despesas de Juros: com referência a qualquer período, o somatório de todos os encargos de juros (inclusive encargos de juros alocados para as obrigações de arrendamento capitalizadas e toda a amortização de descontos e despesas com endividamento) da EMISSORA naquele período de acordo com o GAAP Brasileiro.

-EBITDA: para um Período de Testes, o somatório (sem qualquer duplicidade) (i) do resultado operacional para determinado período (ajustado pelos ganhos ou perdas extraordinários); (ii) dos seguintes fatores deduzidos para fins de determinação do resultado operacional: (a) depreciação e amortização consolidados ocorridos naquele mesmo período; (b) receitas financeiras provenientes de outras atividades inerentes ao seu negócio.

i) não realizar fusões e aquisições fora do seu Grupo Societário, bem como não realizar fusões e aquisições de suas Controladas Relevantes com empresas fora de seu Grupo Societário ou entre si, sem a aprovação dos debenturistas em Assembléia Geral de Debenturistas, observado o quorum previsto no item 6.2. acima, com exceção das Debêntures mantidas em tesouraria ou das de titularidade de empresas do Grupo Societário da EMISSORA, salvo se, quando da efetivação da respectiva fusão ou aquisição a EMISSORA observar os seguintes níveis financeiros, em bases consolidadas, e obrigações:

i.1) Coeficiente de Cobertura do Serviço da Dívida não inferior a 1.5;

i.2) Coeficiente do Endividamento Total/Patrimônio Líquido Consolidado Contábil não superior a 1.0; e

i.3) Inexistência de gravames/ônus, salvo os Gravames/Ônus Permitidos;



Para os fins do disposto nesta alínea "(i)", entende-se por:

-Coeficiente de Cobertura do Serviço da Dívida: o coeficiente entre o *EBITDA*, conforme definido na alínea anterior, e o Serviço da Dívida da EMISSORA;

-Serviço da Dívida: em qualquer período, são os pagamentos de principal e juros sobre o endividamento durante aquele período;

-Patrimônio Líquido Consolidado Contábil: o patrimônio líquido dos acionistas da EMISSORA conforme demonstrado no balanço consolidado; e

-Gravames/Ônus Permitidos: (a) aqueles existentes na data do fechamento e qualquer refinanciamento dos mesmos; (b) existentes em virtude de lei ou no curso normal dos negócios e quaisquer refinanciamentos e renovações dos mesmos; (c) empenhados sobre os bens da EMISSORA para financiar ou refinar o preço de compra dos bens, sem ultrapassar o seu valor original; (d) criados em função de contratos de arrendamento operacional, sujeito a um limite consolidado de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) em pagamentos anuais de arrendamento, sendo certo, no entanto que a EMISSORA poderá instituir ônus adicionais até o montante de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), no agregado, em pagamentos anuais de arrendamento apenas com referência a ativos que a EMISSORA repasse em arrendamento a suas Controladas Relevantes ou a terceiros e com relação aos quais a EMISSORA receba receita correspondente a preços de mercado, ou a taxas não inferiores aos pagamentos correspondentes de arrendamento devidos pela EMISSORA; e (e) além dos ônus/gravames previstos nesta definição, quaisquer outros ônus que garantam um endividamento que não ultrapasse um montante igual a 4% (quatro por cento) do total do ativo consolidado da EMISSORA. Os valores mencionados nesta cláusula serão atualizados anualmente de acordo com a variação do IGP-M, ou qualquer índice que oficialmente o substitua.

j) não alienar seus ativos, distribuir dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da LSA, ou adquirir suas próprias ações, se após a efetivação de qualquer destes eventos resultar na violação do disposto na alínea "(h)" da presente Cláusula.

CLÁUSULA IX - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

A EMISSORA constitui e nomeia como agente fiduciário da Emissão objeto desta Escritura a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., já qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar, perante a EMISSORA e as demais partes dos contratos anexados à presente Escritura, a comunhão dos titulares das Debêntures.

9.2. Declaração

O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado pela presente Escritura, declara:

a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo terceiro, da LSA, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23.11.1983, para exercer a função que lhe é conferida;



- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente as atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas Cláusulas e condições;
- d) estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31.10.1990, do Banco Central do Brasil;
- e) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto; e
- f) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz do AGENTE FIDUCIÁRIO, exequível de acordo com os seus termos e condições.

A EMISSORA também declara não ter qualquer ligação com o AGENTE FIDUCIÁRIO que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá a EMISSORA efetuar-lá.

9.3.2. Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim.

9.3.4. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23.11.1983 e eventuais normas posteriores.

9.3.5. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de Aditamento à presente Escritura, devendo o mesmo ser averbado no Registro de Imóveis no qual será registrada a presente Escritura.

9.3.6. O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

9.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos da CVM.



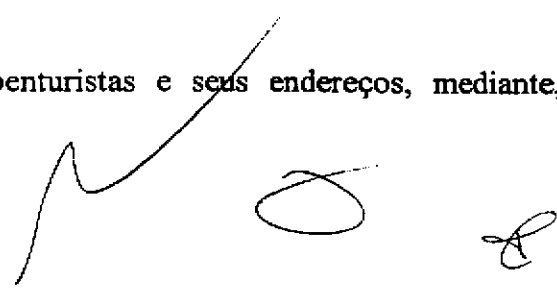
9.4. Deveres

9.4.1. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA e, também, da localidade onde se situe o imóvel hipotecado;
- i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;
- j) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações;
- k) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º alínea "b" da LSA, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

Handwritten signature and initials at the bottom right of the page.



- 1.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, com base nas informações divulgadas pela EMISSORA, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;
- 1.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
- 1.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da EMISSORA;
- 1.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- 1.5) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela EMISSORA;
- 1.6) constituição e aplicações do fundo de amortização das Debêntures, quando for o caso;
- 1.7) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;
- 1.8) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- 1.9) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA nesta Escritura;
- 1.10) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO;
- m) colocar o relatório de que trata o inciso "l" à disposição dos debenturistas no prazo máximo de quatro meses, a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:
- m.1) na sede da EMISSORA;
- m.2) no seu escritório ou, quando se tratar de Instituição Financeira, no local por ela indicado;
- m.3) na CVM;
- m.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso;
- m.5) na instituição que liderou a colocação das Debêntures.
- n) publicar, nos órgãos da imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados no inciso "m";
- o) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à EMISSORA;
- 



- p) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas inutilizando os certificados correspondentes às Debêntures resgatadas;
- q) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer; e
- r) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
- r.1) à CVM;
 - r.2) às Bolsas de Valores, quando for o caso; e
 - r.3) ao Banco Central, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial contra a EMISSORA para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, podendo, na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na Cláusula VI acima, tomar os seguintes procedimentos:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) requerer a falência da EMISSORA;
- c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas; e
- d) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.


9.5.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "c" do item anterior se, convocada a Assembléia dos Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" do item anterior.

9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

Será devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da Lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- a) parcelas trimestrais de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) cada uma, sendo que a primeira deverá ser paga na data de assinatura da presente Escritura e as demais nas mesmas datas dos períodos subseqüentes;



- b) a remuneração acima compreende a elaboração de um relatório anual relação aos níveis financeiros a serem revistos, o AGENTE FIDUCIÁRIO realizará acompanhamento, sem emissão de relatórios, com base nas informações emitidas pela EMISSORA para o AGENTE FIDUCIÁRIO, nas condições estipuladas na presente Escritura;
- c) as remunerações previstas no item anterior serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela EMISSORA;
- d) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro-rata die* se necessário;
- e) as remunerações não incluem as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela EMISSORA mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à EMISSORA;
- f) em caso de inadimplência da EMISSORA, todas as despesas com procedimentos legais em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese da EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;
- g) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 5% e juros de mora de 1% ao mês, sem prejuízo de atualização monetária;
- h) na hipótese de ocorrer o cancelamento das debêntures emitidas antes do seu vencimento, ou seu resgate total antecipado, as parcelas vincendas serão pagas na data do evento, descontadas à taxa de 12% (doze por cento) ao ano; e
- i) as remunerações serão acrescidas do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS), Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e de quaisquer outros tributos que venham incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- 



9.6.1. Na hipótese de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO, o AGENTE FIDUCIÁRIO substituído deverá repassar ao agente fiduciário substituto a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO, como forma de remuneração aos serviços a serem por ele prestados. Este valor a ser pago em caso de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, apurado pela Fundação Getúlio Vargas.

9.7. Despesas

A EMISSORA ressarcirá ao AGENTE FIDUCIÁRIO todas as despesas que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

O ressarcimento, a que se refere este item, será efetuado imediatamente após a realização da respectiva prestação de contas à EMISSORA e compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:


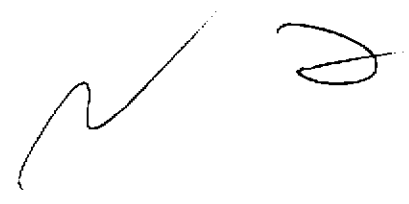
- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da EMISSORA, a qual gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem.

CLÁUSULA X - DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS DEBENTURISTAS

10.1. Convocação

A assembléia de debenturistas pode ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10%, no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.





10.2. Quorum de Instalação

A Assembléia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas.

10.3. Mesa Diretora

A presidência da Assembléia caberá ao debenturista eleito pela maioria dos titulares das Debêntures presentes na Assembléia ou àquele que for designado pela CVM.

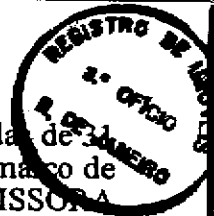
10.4. Quorum de Deliberação

Nas deliberações da assembléia, a cada Debênture caberá um voto. Com exceção do disposto nos itens 6.2. e 9.5.2. desta Escritura, as deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção da modificação das condições das Debêntures, que deverá ser deliberada por debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação. Não serão computadas no quorum acima mencionado as Debêntures que se encontrem na tesouraria da EMISSORA ou que sejam de titularidade das empresas do seu grupo societário.

CLÁUSULA XI – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

11.1. A EMISSORA neste ato declara que:

- a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- b) as pessoas que as representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastante para tanto;
- c) todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- d) os termos desta Escritura de Emissão (i) não implicam o inadimplemento de quaisquer obrigações da EMISSORA estabelecidas em qualquer contrato ou documento do qual a EMISSORA (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou ao qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (ii) não contrariam qualquer lei, decreto ou regulamento a que a EMISSORA (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial pendente em face da EMISSORA (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou que afete a EMISSORA (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- e) esta Escritura de Emissão constitui obrigação exequível, válida e eficaz da EMISSORA;



f) as Demonstrações Financeiras da EMISSORA e sua controladora, datada de dezembro de 1998, 31 de dezembro de 1999, 31 de dezembro de 2000 e 31 de março de 2000 e 31 de Março de 2001 representam corretamente a posição financeira da EMISSORA em tais datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os Princípios Fundamentais de Contabilidade aceitos no Brasil;

g) tanto a EMISSORA quanto sua controladora, no melhor de seus entendimentos, estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

h) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, especialmente daquelas previstas na Cláusula VIII acima;

i) os Prospectos Preliminar e Final relativos à emissão das Debêntures (coletivamente, o "Prospecto") contém: (i) todas as informações relevantes em relação à EMISSORA e suas controladas no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da EMISSORA, de sua condição financeira, lucros, perdas e perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas, (ii) as declarações contidas no Prospecto em relação à EMISSORA e suas controladas são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas, (iii) as opiniões, análises e (se houver) previsões expressas no Prospecto em relação à EMISSORA e suas controladas foram dadas honestamente, sendo expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis, (iv) não há outros fatos em relação à EMISSORA e suas controladas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa emissão, faça com que alguma declaração do Prospecto seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica, e (v) todos os esforços foram feitos pela EMISSORA para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no Prospecto são verdadeiros; e

j) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, a EMISSORA não tem conhecimento, até a data de assinatura do presente instrumento, de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na EMISSORA ou na sua controladora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades.

11.1.1. A EMISSORA obriga-se, de forma irrevogável irretratável, a indenizar o AGENTE FIDUCIÁRIO, os Coordenadores e os debenturistas, se for o caso, por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pelos Coordenadores e pelos debenturistas, se for o caso, em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.

11.1.2. A EMISSORA compromete-se a notificar imediatamente o AGENTE FIDUCIÁRIO caso qualquer das declarações aqui prestadas tornem-se inverídicas, incompletas ou inválidas.

CLÁUSULA XII - INFORMAÇÕES ADICIONAIS

12.1. Quaisquer informações complementares sobre a EMISSORA e a presente Emissão poderão ser obtidas junto aos bancos coordenadores da emissão e/ou à CVM na Rua Sete de Setembro, 111 - 5º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ou na Rua Formosa, 367, 20º andar, Centro, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



13.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da EMISSORA prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13.2. Alteração

O presente instrumento só poderá ser alterado por instrumento escrito e assinado por todos os subscritores, devendo ser registrada nos termos da Cláusula 2. do presente instrumento.

13.3. Legislação Aplicável e Foro

A presente Escritura será regida pelas leis da República Federativa do Brasil, ficando eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E POR ESTAREM ASSIM JUSTAS E CONTRATADAS, AS PARTES ASSINAM A PRESENTE ESCRITURA EM 08 (OITO) VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DAS TESTEMUNHAS ABAIXO.

Rio de Janeiro 06 de junho de 2001.

TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A.

José Luis Magalhães Salazar
Diretoria de Tesouraria

Tarso Rebello Dias
Gerente de Operações de Tesouraria

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.

TESTEMUNHAS:

Luís Carlos C. B. de Oliveira
Nome: LUÍS CARLOS C. B. DE OLIVEIRA
CPF/MF: 064739057-84

Luisa Saboia
Nome: LUISA JOHANA SABOIA
CPF/MF: 074597997-59

25/7

3º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMOVEIS
RIO DE JANEIRO

AV. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS, 607 - 9º ANDAR - RJ

OFICIAL ANTONIO MARINS PEIXOTO FILHO

OFICIAL SUBS. ALEXANDRE AUGUSTO FEIJO NICOLAU



CERTIFICADO que sobre o documento registrado, em 25/JULHO/2001 com nº 191.784, foram efetivados os seguintes atos:

REGISTRO 0 / FICHA AUXIL 1.278

E M O L U M E N T O S #

Emolumentos.....R\$*****299,62 #
Leis 713/83-3217/99.R\$*****70,32 #
Averbacao(oes).....R\$*****0,00 #
Guia(s).....R\$*****0,00 #
Cert..Prenotacao....R\$*****1,47 #
Certidao(oes).....R\$*****5,98 #
Folhas Adicionais..R\$*****0,00 #
Mutua(s)(Lei 489/81)R\$*****4,07 #
Lei 2023/92(micr)...R\$*****2,26 #
Lei 2023/92(proc)...R\$*****1,69 #
DoiR\$*****0,00 #
ArquivamentoR\$*****40,62 #

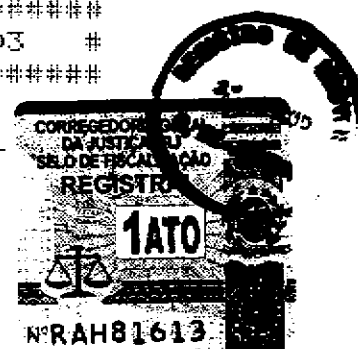
VALOR:.....R\$*****426,03 #
#####

Leandro de C. Burtone Silva
O OFICIAL.

Natureza do Titulo....= DEBENTURES

Guia Numero.....=

LEANDRO DA C. BURTONE SILVA
3º. Substituto
nº 85.748 Sd J. 4.7J.
Reg. de Imóveis 3º. Nelo



A presente certidao integra o documento nela identificado, substituindo o carimbo previsto no Artº 211 da Lei Federal nº 6015/73. Destina-se a certificar a pratica do(s) ato(s) indicado (s) acima. A comprovacao de onus reais ou gravames e feita atraves de certidao especifica.

Rio de Janeiro, 25 de JULHO de 2001.

OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Av. Presidente Antônio Carlos, 607 - 9º - Andar - Rio de Janeiro - RJ

CEP.: 20020-010



Antônio Marins Peixoto Filho
Oficial
Alexandre Augusto Feijó Nicolau
Substituto

REGISTRO AUXILIAR

NÚMERO

1.278

FICHA

01

30

OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Av. Presidente Antônio Carlos, 607 - 9º Andar - Rio de Janeiro - RJ.

Cep.: 20020-010

DATA: 25 de julho de 2001.

1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES: (Protocolo nº 191.784 de 19/07/2001) Instrumento Particular de Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, datado de 06-06-2001, hoje arquivado, figurando como EMISSORA: TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S/A, com sede nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.558.134/0001-58. **Autorização:** O instrumento particular de Debêntures, acima mencionado, é celebrado com base nas deliberações tomadas na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária dos acionistas da EMISSORA realizada em 30-04-2001, arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Gazeta Mercantil - Edição Nacional, no dia 30-05-2001. **Colocação e Procedimento:** As debêntures serão objeto de distribuição pública, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, através do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30-09-1980, atendidos preferencialmente, os clientes dos bancos coordenadores da emissão, que desejarem efetuar investimentos na emissão, não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos. **Valor Total da Emissão:** O valor total da emissão é de R\$1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de reais), na data da Emissão. **Quantidade de Títulos:** Serão emitidas 13.000 (treze mil) Debêntures, em uma única série. **Valor Nominal:** O valor nominal das Debêntures será de R\$100.000,00 (cem mil reais), na data da emissão. **Séries:** A emissão terá uma única série. **Negociação:** A emissão será registrada para negociação junto ao: (i) SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP; e/ou (ii) Sistema de Negociação BOVESPA FIX, da BOVESPA, custodiado na CBLC Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia. **Tipo e Forma:** As Debêntures serão de forma nominativa e do tipo escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Bradesco S/A, instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures e pela prestação dos serviços de banco mandatário desta emissão. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie sem preferência nem garantias. **Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais, a Data da Emissão das Debêntures será o dia 01 de junho de 2001. **Prazo e Data de vencimento:** O prazo das Debêntures será de 60 (sessenta) meses, vencendo-se, portanto, em 01 de junho de 2006, data em que a EMISSORA obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda se encontrem em circulação, pelo valor nominal, acrescido da Remuneração. **Classe (Conversibilidade):** As Debêntures serão da

continua no verso

NÚMERO

1.278

FICHA

01

VERSO

classe simples, não conversíveis em ações da EMISSORA. **Subscrição - Prazo:** As Debêntures serão subscritas na data da segunda publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures e dentro do prazo de distribuição pública autorizado pela CVM. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos - SDT, disponibilizado pelo CETIP. **Preço:** As Debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal acrescido da Remuneração calculada pro rata temporis, apurada desde a data da emissão até a data da efetiva subscrição e integralização. **Integralização:** A integralização será feita à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional. As Debêntures somente poderão ser negociadas no mercado secundário após totalmente integralizadas. Demais cláusulas e condições, as constantes do título. Rio de Janeiro, 25 de julho de 2001. **SELO: Série RAH n° 81613.**

O OFICIAL *Leonor da C. Buitone Silva*

REGISTRO DE IMOVEIS - 3º OFICIO

CERTIDÃO:

Certifico que a presente copia e reprodução autêntica da Ficha Auxiliar a que se refere, extraída nos termos do Artigo 19, Parágrafo 1º da Lei Nº 6015 de 1973.

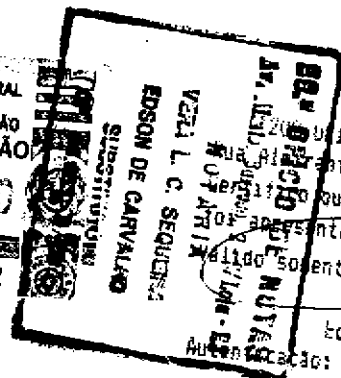
Rio de Janeiro, 15/07/2001

O Oficial *Leonor da C. Buitone Silva*
LEONOR DA C. BUITONE SILVA
3ª Substituta
CTPS nº 88.748 Série 104-RJ
Reg. de Imóveis 3º Ofício



CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA - RJ
SELO DE FISCALIZAÇÃO
AUTENTICAÇÃO

CDX77422



209 OFICIO DE NOTAS - Notária Vera Lucia Cario Sequeira
Rua Almirante Barroso, 2 SL - RJ - Fone: 220 9545 - No 00114923
Certifico que a presente fotocópia, confere com o original que me foi apresentado. E que com esta é devolvido.
Rio de Janeiro, 21/09/2001.
Edson de Carvalho - Substituto - mas
Autenticação: 0,34 P.Dados: 1,89 Outros: 0,44 Total: 2,67

CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA - RJ
SELO DE FISCALIZAÇÃO
AUTENTICAÇÃO

CCV50468



209 OFICIO DE NOTAS - Notária Vera Lucia Cario Sequeira
Rua Almirante Barroso, 2 SL - RJ - Fone: 220 9545 - No 00096575
Certifico que a presente fotocópia, confere com o original que me foi apresentado. E que com esta é devolvido.
Rio de Janeiro, 14/08/2001
Mandria Regina Cario Lobo - Substituto - mas
Autenticação: 0,20 P.Dados: 1,56 Outros: 0,44 Total: 2,20